CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 4120/74

INTERESSADO : Ginásio "I.L. Peretz"/Capital
ASSUNTO : Solicita introdução de HEBRAICO em seu currículo escolar.
RELATOR : Cons^a. Therezinha Fram
PARECER CEE Nº 292/79 CEPG Aprov. em 21 / 05 / 79

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

O Diretor Geral do Ginásio "I.L. Peretz" consulta sobre a introdução da disciplina HEBRAICO na parte diversificada do currículo de seus cursos, de 1º e 2º Graus, embora essa língua não tenha sido arrolada, no caso do 2º grau, pela Deliberação CEE nº 18/72 dentre as línguas estrangeiras modernas.

Apresenta as seguintes razões para fundamentar sua petição:

- 1.1. O Ginásio "I.L. Peretz" é uma escola que serve a uma comunidade religiosa.
- 1.2. O HEBRAICO é considerado língua sagrada, meio de expressão que deve ser preservado a fim de manter a integridade religiosa do grupo.
- 1.3. Alguns de seus alunos tem interesse futuro de especialização em Israel.
- 1.4. A Faculdade de Filosofia do Estado tem curso de HEBRAICO dentre as Línguas Orientais, procurado por muitos alunos para continuidade de estudos".

2. APRECIÇÃO:

1. Trata-se de consulta de um estabelecimento de ensino sobre a possibilidade de integração na parte diversificada do currículo de matéria não constante das relações fixadas por este Conselho.
2. A Lei 5692/71, ao determinar os conteúdos que devem compor os currículos do Ensino de 1º e 2º Graus, distingue: o núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional e de competência do Conselho Federal de Educação, e a parte diversificada que é atribuída aos Conselhos de Educação.

O inciso III do artigo 4º estabelece:

"Com aprovação do competente Conselho de Educação, o estabelecimento poderá incluir estudos não decorrentes de matérias relacionadas de acordo com o inciso anterior".

Esta flexibilidade decorre da função mesma da parte diversificada, claramente expressa no artigo da Lei quando diz que ela visa a atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

3. O Parecer CFE 853/71, ao tratar da parte diversificada do currículo, assim esclarece:

"Tal relação será tanto mais operativa quanto mais rica, flexível e aberta se apresentar.

Apesar disto, é possível que ela não atenda plenamente aos propósitos e ao estilo de um determinado projeto escolar, ou atenda apenas em parte.

(No primeiro caso, o estabelecimento acrescentará outros itens aos oriundos da lista do Conselho e nesta última hipótese, que tudo indica será pouco freqüente, não incluirá no currículo qualquer matéria daquela relação e bastar-se-á com

seus próprios acréscimos ao núcleo comum de qualquer forma, entretanto, o Conselho de Educação do Sistema estará presente na composição da parte diversificada: diretamente, pelos componentes de sua lista que sejam adotados e de maneira indireta, mediante a aprovação em nível regimental dos acréscimos feitos pelo Estabelecimento.

Como se vê, a escolha dos conteúdos que irão formar cada currículo é feita segundo a sistemática da Lei, por aproximações sucessivas e em escala decrescente, numa intencional busca de autenticidade aos vários níveis de influência que se projetam no ensino: o nível dos conhecimentos humanos, o nível nacional, o nível regional; e o nível do próprio aluno. Este último, porém, em escassa medida, se alcança numa determinação de estudos feita "a priori", porém na variedade de opções oferecidas e na plasticidade dos métodos adotados (arts 8º, 17 e 21 da Lei), o que vale dizer, na concepção mesma do currículo já elaborado e na dinâmica de seu desenvolvimento.

4. Cumprindo sua atribuição, este Conselho produziu as Deliberações CEE 1/72 e 18/72 que relacionam as matérias da parte diversificada do currículo de 1º e 2º Graus respectivamente.
- 4.1. Quanto à parte diversificada do Ensino de 1º Grau a Deliberação CEE 1/72 é suficientemente ampla quando se refere a "Línguas Estrangeiras Modernas", não especificando as possíveis escolhas.
- 4.2. Já a Deliberação CEE 18/72 no item referente a Língua e Literatura apresenta a seguinte relação: Alemão, Espanhol, Francês, Grego, Inglês, Italiano, Latim, Literatura Alemã, Literatura Brasileira, Literatura Espanhola, Literatura Francesa, Literatura Geral, Literatura Italiana, Literatura da Língua Inglesa, Literatura da Língua Portuguesa, Português, Técnica e Metodologia da Redação.

Como se vê, o HEBRAICO não consta dessa listagem, bem como outras línguas estrangeiras, que podem em determinado momento do projeto escolar ser consideradas importantes para a educação geral dos alunos.

5. E este é o caso da petição formulada pelo Ginásio "I.L. Peretz".

A inclusão do HEBRAICO na parte diversificada do seu currículo responde às exigências peculiares da Escola no que diz respeito a formação global de seus alunos, dotando-os de mais um instrumento de comunicação e expressão tão fundamental para sua cultura geral e religiosa.

Do ponto de vista legal a petição encontra amparo na Lei 5692/71 e nas Deliberações CEE 1/72 e 18/72 que no seu artigo 2º diz:

"Mediante aprovação do Conselho Estadual de Educação, os estabelecimentos de ensino poderão incluir estudos não decorrentes das matérias relacionadas.

Conforme o disposto no artigo 4º, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 5692/71 de 11 de agosto de 1971".

As razões apresentadas pelo Estabelecimento de Ensino justificam plenamente a solicitação apresentada, uma vez que respondem às peculiaridades da Escola e às necessidades dos alunos.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de autorizar o Ginásio "I.L. Peretz" a incluir o Hebraico na parte diversificada do currículo pleno dos cursos de 1º e 2º graus.

São Paulo, 21 de fevereiro de 1979

a) Cons^a Therezinha Fram

Relatora

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto da Relatora.

Presentes os Nobres Conselheiros:
Geraldo Rapacci Scabello, Serson Munhoz dos Santos, João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Therezinha Fram.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau , em 21 de fevereiro de 1979.

a) Cons. José Conceição Paixão
Relator

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale", em 21 de março de 1979

a) Cons. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente